

SUMÁRIO

Capítulo I DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito	1
2. Fontes.....	3
3. Objeto de estudo.....	4
4. Conteúdo científico	5
4.1 Direito Constitucional positivo	5
4.2 Direito Constitucional comparado	5
4.3 Direito Constitucional geral	6
4.4 Direito Constitucional internacional	7
4.5 Direito Constitucional comunitário	7
5. Influências recebidas	8
6. Direito Constitucional nas universidades brasileiras	9

Capítulo II DIREITO CONSTITUCIONAL E INTER-RELAÇÃO CIENTÍFICA

1. A textura aberta do Direito Constitucional	11
2. As relações do Direito Constitucional com outras ciências	12
2.1 Direito Constitucional e Ciência Política	12
2.2 Direito Constitucional e Economia	13
2.3 Direito Constitucional e História	13
2.4 Direito Constitucional e Filosofia	14
2.5 Direito Constitucional e Sociologia.....	14
2.6 Direito Constitucional e Teoria do Estado.....	15
2.7 Direito Constitucional e Antropologia	15
2.8 Direito Constitucional e Biologia	16

2.9 Direito Constitucional e Medicina	16
2.10 Direito Constitucional e Física	17
2.11 Direito Constitucional e Educação	17
2.12 Direito Constitucional e Religião	18

Capítulo III

DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERDISCIPLINARIDADE

1. Ainda a textura aberta do Direito Constitucional	21
2. As relações do Direito Constitucional com outras disciplinas jurídicas.....	22
2.1 Direito Constitucional e Direito Processual	22
2.2 Direito Constitucional e Direito Civil	23
2.3 Direito Constitucional e Direito Penal	24
2.4 Direito Constitucional e Direito Administrativo.....	25
2.5 Direito Constitucional e Direito Tributário.....	25
2.6 Direito Constitucional e Direito do Trabalho	25
2.7 Direito Constitucional e Direito Ambiental.....	26
2.8 Direito Constitucional e Direito Econômico	26
2.9 Direito Constitucional e Direito Internacional	27
2.10 Direito Constitucional e Direito do Consumidor	28
2.11 Direito Constitucional e Direito da Seguridade Social.....	28
2.12 Direito Constitucional e Direito Agrário	28
2.13 Direito Constitucional e Direito Eleitoral.....	29
2.14 Direito Constitucional e Direito Financeiro	29
2.15 Direito Constitucional e Direito Marítimo	30
2.16 Direito Constitucional e Direitos Humanos	30
2.17 Direito Constitucional e Direito Universitário	31
2.18 Direito Constitucional e Direito do Desporto	32
2.19 Direito Constitucional e Direito Judicial	32
2.20 Direito Constitucional e Direito Urbanístico	33

Capítulo IV

CONSTITUCIONALISMO

1. Introdução	35
2. Constitucionalismo antigo	36
3. Constitucionalismo moderno	36

3.1 Movimento constitucionalista inglês	37
3.2 Movimento constitucionalista americano	38
3.3 Movimento constitucionalista francês.....	40
4. Transformações históricas do constitucionalismo.....	41
4.1 Constitucionalismo liberal clássico.....	41
4.2 Constitucionalismo democrático	42
4.3 Constitucionalismo social	43
5. Novas tendências do constitucionalismo	44

Capítulo V

PODER CONSTITUINTE

1. Introdução	47
2. Poder constituinte originário	48
2.1 Noção	48
2.2 Natureza	49
2.3 Titular	50
2.4 Agente.....	51
2.5 Formas de manifestação	52
2.6 Características	53
3. Poder reformador	56
3.1 Noção	56
3.2 Natureza	57
3.3 Titular	57
3.4 Agente	58
3.5 Formas de manifestação	58
3.6 Características	58
4. Poder constituinte: fazer e alterar a Constituição	60
5. Poder constituinte e poderes constituídos: normas constitucionais e normas infraconstitucionais.....	61
6. Cláusulas pétreas e bloco de constitucionalidade	62
7. Poder constituinte decorrente	63
8. Poder constituinte e Poder Judiciário	64
9. Poder constituinte transnacional.....	64
10. Reforma constitucional e controle de constitucionalidade	65

11. Mutação constitucional	65
12. Transconstitucionalismo	66
13. Críticas às reformas constitucionais no Brasil	66

Capítulo VI

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL: O SÉCULO XIX

1. A Constituição Política do Império (25 de março de 1824).....	69
1.1 Contexto histórico	69
1.2 Traços característicos	70
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)	73
2.1 Contexto histórico	73
2.2 Traços característicos	75

Capítulo VII

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL: O SÉCULO XX

1. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de setembro de 1934)	79
1.1 Contexto histórico	79
1.2 Traços característicos	81
2. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937).....	86
2.1 Contexto histórico	86
2.2 Traços característicos	86
3. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946)	89
3.1 Contexto histórico	89
3.2 Traços característicos	90
4. A Constituição da República Federativa do Brasil (24 de janeiro de 1967) e a EC 1/1969	92
4.1 Contexto histórico	92
4.2 Traços característicos	93
5. A Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988)	96
5.1 Contexto histórico	96
5.2 Traços característicos	100

Capítulo VIII

INTRODUÇÃO À TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1. Terminologia	107
2. Conceito de Constituição	108
2.1 Concepção sociológica	110
2.2 Concepção política	111
2.3 Concepção jurídica	111
2.4 Concepção estrutural	112
2.5 Concepção culturalista	112
3. Objeto das Constituições	113
4. Elementos das Constituições	113
4.1 Elementos orgânicos	114
4.2 Elementos limitativos	114
4.3 Elementos socioideológicos	114
4.4 Elementos de estabilização	114
4.5 Elementos formais de aplicabilidade	114
5. Classificação das Constituições	115
5.1 Quanto à forma: escrita ou não escrita	115
5.2 Quanto ao modo de elaboração: dogmática ou histórica	115
5.3 Quanto à origem: outorgada, promulgada, cesarista ou pactuada	115
5.4 Quanto à mutabilidade: rígida, flexível, semirrígida ou parcialmente imutável	116
5.5 Quanto ao conteúdo: formal, substancial ou material	117
5.6 Quanto à extensão: sintética ou analítica	118
5.7 Quanto à finalidade: garantia, dirigente ou balanço	119
5.8 Quanto à ideologia: ortodoxa ou eclética	120
5.9 Quanto à essência: normativa, nominal ou semântica	120

Capítulo IX

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. Classificação das normas constitucionais	123
1.1 Classificação de Rui Barbosa	123
1.2 Classificação de Pontes de Miranda	124
1.3 Classificação de Meirelles Teixeira	125
1.4 Classificação de José Afonso da Silva	125

1.5 Classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello	127
1.6 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Brito	129
1.7 Classificação de Maria Helena Diniz.....	131
1.8 Classificação de Luís Roberto Barroso	132
2. Interpretação constitucional	133
3. Princípios de interpretação constitucional	133
3.1 Princípio da supremacia da Constituição	133
3.2 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos normativos	134
3.3 Princípio da força normativa da Constituição	134
3.4 Princípio do efeito integrador	135
3.5 Princípio da unidade da Constituição	135
3.6 Princípio da concordância prática	136
3.7 Princípio da máxima efetividade	137
3.8 Princípio da correção funcional	137
3.9 Princípio da coloquialidade	138
3.10 Princípio da interpretação intrínseca	138
3.11 Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	139
3.12 Princípio da proporcionalidade	140
3.13 Princípio da interpretação do Direito interno em conformidade com o Direito comunitário	141

Capítulo X

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Princípio da supremacia da Constituição	143
2. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos normativos	145
3. Noção de inconstitucionalidade	146
4. Pressupostos do controle de constitucionalidade	147
5. Funções do controle de constitucionalidade	147
6. Objetivo do controle de constitucionalidade.....	148
7. Espécies de inconstitucionalidade	148
7.1 Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial	148
7.2 Inconstitucionalidade formal (orgânica) e inconstitucionalidade material	148

7.3 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	149
7.4 Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	150
7.5 Inconstitucionalidade antecedente (imediata) e inconstitucionalidade consequente (derivada).....	150
7.6 Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta.....	151
8. Formas de manifestação do controle de constitucionalidade	151
8.1 Quanto ao momento: preventivo ou sucessivo	151
8.2 Quanto à natureza: político ou jurisdicional	152
8.3 Quanto ao número de órgãos: difuso ou concentrado	152
8.4 Quanto ao modo de manifestação: por via incidental ou por via principal	154
8.5 Quanto à finalidade: subjetivo ou objetivo	154
8.6 Quanto à legitimidade ativa: universal ou restrito	155
9. Medidas processuais de defesa da Constituição	155
10. Declaração de inconstitucionalidade de ofício	156
11. Controle de convencionalidade.....	156

Capítulo XI

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

1. Origem	157
2. Base normativa	157
3. Objeto	158
4. Legitimidade	158
5. Pertinência temática.....	159
6. Competência	159
7. Petição inicial	159
8. Condições da ação.....	160
9. Princípio da provocação	160
10. Intervenção de terceiros	160
11. Desistência da ação	161
12. Medida cautelar	161
13. <i>Quorum</i>	162
14. Efeitos da decisão	162

15. Recurso	162
16. Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.....	163

Capítulo XII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

1. Origem	165
2. Base normativa	165
3. Objeto	166
4. Omissão parcial	166
5. Finalidade	167
6. Legitimidade	167
7. Pertinência temática.....	168
8. Competência	168
9. Petição inicial	169
10. Medida cautelar.....	169
11. <i>Quorum</i>	169
12. Efeitos da decisão e recurso	170

Capítulo XIII

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Origem	171
2. Base normativa	171
3. Objeto	172
4. ADC e o princípio da presunção de constitucionalidade das leis	172
5. Legitimidade	172
6. Competência	173
7. Petição inicial	173
8. Medida cautelar	173
9. Decisão e seus efeitos.....	174
10. Recurso	174

Capítulo XIV

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

1. Origem	175
2. Base normativa	175

3. Objeto	175
4. Preceito fundamental	176
5. Caráter subsidiário.....	176
6. Legitimidade	176
7. Competência	177
8. Petição inicial	177
9. Medida cautelar	177
10. Recurso.....	178
11. Reclamação constitucional.....	178
12. ADPF e lei anterior à Constituição.....	178

Capítulo XV

AÇÃO INTERVENTIVA, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

Justificativa	179
1. Ação interventiva.....	180
1.1 Origem.....	180
1.2 Princípio da não intervenção.....	180
1.3 Finalidade	180
1.4 Legitimidade.....	180
1.5 Pressupostos materiais.....	180
2. Recurso extraordinário	181
2.1 Origem.....	181
2.2 Base normativa.....	181
2.3 Competência	181
2.4 Prequestionamento	182
2.5 Repercussão geral.....	182
2.6 Cláusula de reserva de plenário	182
2.7 Efeitos da decisão.....	182
3. Reclamação constitucional	183

Capítulo XVI

FRAGMENTOS DE TEORIA DO ESTADO

1. Introdução	185
2. Formas de Estado	185

2.1 Estado unitário	186
2.2 Estado regional	186
2.3 Estado autônomo	186
2.4 Estado federal	187
3. Modelos de Estado	187
3.1 Estado totalitário	187
3.2 Estado liberal	188
3.3 Estado social	189
3.4 “Estado privado”	190
4. Formas de governo	190
4.1 Monarquia	191
4.2 República	191
4.3 Despotismo	192
5. Sistemas de governo	193
5.1 Presidencialista	193
5.2 Parlamentarista	193
5.3 Diretorial	194

Capítulo XVII

SISTEMA CONSTITUCIONAL POSITIVO: OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Estrutura da Constituição	195
2. Nome do Estado brasileiro	196
3. Preâmbulo	196
4. Princípios fundamentais	199
4.1 Princípio federativo	199
4.2 Princípio republicano	200
4.3 Princípio do Estado Democrático de Direito	201
4.4 Princípio democrático	202
4.5 Princípio da tripartição dos poderes	203
5. Fundamentos do Estado brasileiro	205
5.1 Soberania	205
5.2 Cidadania	206
5.3 Dignidade da pessoa humana	207
5.4 Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	208

5.5 Pluralismo político	209
6. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro	209
7. Princípios constitucionais de Direito Internacional Público	210

Capítulo XVIII

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Inglaterra: pátria da liberdade	211
1.1 Magna Carta (1215)	212
1.2 Petição de Direitos (1628)	213
1.3 Lei do <i>Habeas Corpus</i> (1679)	214
1.4 Declaração de Direitos (1689)	214
2. Direitos fundamentais a partir do século XVIII	215
2.1 Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia (1776)	215
2.2 Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789)	216
2.3 Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1918)...	216
3. Direitos fundamentais após a Segunda Guerra Mundial	218
3.1 Carta das Nações Unidas (1945)	218
3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	218
3.3 Pactos Internacionais de Direitos Humanos (1966)	220
3.4 Proclamação de Teerã (1968)	221
3.5 Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)	221
3.6 Estatuto de Roma (1998)	222
4. Dimensões dos direitos fundamentais	222
4.1 A questão terminológica	222
4.2 Direitos fundamentais de primeira dimensão	224
4.3 Direitos fundamentais de segunda dimensão	224
4.4 Direitos fundamentais de terceira dimensão	225
4.5 Direitos fundamentais de quarta dimensão	226
4.6 Direitos fundamentais de quinta dimensão	227
4.7 Direitos fundamentais de sexta dimensão	228

Capítulo XIX

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Terminologia	231
2. Conceito	232

3. Perspectivas dos direitos fundamentais.....	232
3.1 Perspectiva filosófica.....	232
3.2 Perspectiva universalista	233
3.3 Perspectiva estatal	233
3.4 Perspectiva histórico-sociológica.....	234
4. Características dos direitos fundamentais	235
4.1 Fundamentalidade.....	235
4.2 Historicidade.....	235
4.3 Universalidade.....	236
4.4 Inalienabilidade	236
4.5 Imprescritibilidade.....	236
4.6 Indivisibilidade	237
4.7 Inexauribilidade	237
4.8 Positividade	238
4.9 Transindividualidade	238
4.10 Complementaridade.....	238
4.11 Aplicabilidade imediata.....	239
4.12 Vinculatividade.....	240
5. Funções dos direitos fundamentais	241
5.1 Função de defesa ou de liberdade.....	241
5.2 Função de prestação social.....	242
5.3 Função de proteção perante terceiros	242
5.4 Função de não discriminação.....	243
6. Classificações dos direitos fundamentais	244
7. Direitos fundamentais no catálogo e dispersos.....	245
8. Destinatários dos direitos fundamentais.....	245
9. Eficácia dos direitos fundamentais.....	245
10. Direitos fundamentais expressos, implícitos ou decorrentes de tratados internacionais.....	246
10.1 Direitos fundamentais expressos na Constituição	246
10.2 Direitos fundamentais implícitos	247
10.3 Direitos fundamentais decorrentes dos Tratados Internacionais...	247
11. Direitos, liberdades e garantias	247
12. Direitos fundamentais, cláusulas pétreas e poder constituinte	248

Capítulo XX DIREITO À VIDA

1. Vida.....	251
2. Aborto.....	252
3. Eutanásia.....	253
4. Pena de morte	253
5. Tortura.....	254
6. Integridade física e moral.....	255
7. Privacidade	256

Capítulo XXI A LIBERDADE

1. Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos.....	259
2. Liberdade negativa e liberdade positiva	261
3. A liberdade na Constituição de 1988.....	261
3.1 Liberdade de locomoção	261
3.2 Liberdade de manifestação de pensamento	262
3.3 Liberdade religiosa.....	263
3.4 Liberdade de reunião.....	265
3.5 Liberdade de associação.....	266
3.6 Liberdade de ação profissional.....	267
3.7 Liberdade de informação.....	267
3.8 Liberdade econômica	268

Capítulo XXII DIREITO À IGUALDADE

1. Introdução.....	269
2. Princípio da igualdade na Constituição de 1988	271
2.1 Igualdade entre homens e mulheres.....	271
2.2 Igualdade entre brasileiros	272
2.3 Igualdade entre Estados.....	273
2.4 Igualdade racial	274
2.5 Igualdade religiosa	274
2.6 Igualdade em relação à idade.....	275
2.7 Igualdade jurisdicional	276

2.8 Igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais	276
2.9 Igualdade em relação às pessoas com necessidades especiais.....	276
2.10 Igualdade tributária	277
2.11 Igualdade entre filhos	278
2.12 Igualdade de acesso a cargos e empregos públicos.....	278
2.13 Igualdade de acesso aos serviços de educação.....	279
2.14 Igualdade de acesso aos serviços de saúde.....	279
2.15 Igualdade e cidadania.....	280
3. Igualdade, ações afirmativas e discriminação.....	280

Capítulo XXIII DIREITO DE PROPRIEDADE

1. Introdução	283
2. A propriedade na Constituição de 1988.....	284
2.1 Propriedade urbana e propriedade rural.....	285
2.2 Bem de família	285
2.3 Restrições ao direito de propriedade.....	287
2.3.1 Desapropriação.....	287
2.3.2 Requisição	289
2.3.3 Expropriação	290
2.4 Direitos do autor.....	290
2.5 Propriedade industrial	291
2.6 Direito de herança	291
2.7 Usucapião constitucional urbano	292
2.8 Usucapião constitucional rural.....	292
2.9 Usucapião especial coletivo	293
3. Função social da propriedade.....	294

Capítulo XXIV DIREITO À SEGURANÇA

1. Princípio da legalidade.....	295
2. Princípio da inviolabilidade do domicílio.....	297
3. Princípio da inviolabilidade da correspondência	297
4. Direito a informações	298
5. Princípio do direito de ação	299

6. Princípio da irretroatividade da lei.....	300
7. Princípio do juiz natural.....	301
8. Princípio da pessoalidade da pena	303
9. Princípio da individualização da pena	303
10. Racismo, fiança, graça, anistia, prescrição e liberdade provisória...	304
11. Penas permitidas e penas proibidas	305
12. Direito de asilo e extradição	306
13. Princípio do devido processo legal.....	307
14. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	308
15. Princípio da proibição da prova ilícita	309
16. Princípio da presunção do estado de inocência.....	310
17. Princípio da publicidade dos atos processuais	311
18. Prisão em flagrante e ordem judicial.....	311
19. Direitos do preso	312
20. Cumprimento da pena.....	313
21. Princípio da proibição de prisão por dívida	313
22. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	314
23. Duração razoável do processo	314

Capítulo XXV AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. <i>Habeas corpus</i>	316
1.1 Origem.....	316
1.2 Evolução histórica no Direito brasileiro.....	316
1.3 Base normativa, conceito e natureza jurídica	317
1.4 Legitimidade e competência	318
1.5 Espécies e objetivo.....	320
1.6 Custas judiciais e honorários advocatícios de sucumbência	320
1.7 Liminar, sentença e recurso	321
1.8 <i>Habeas corpus</i> e o trancamento de inquérito policial.....	321
1.9 A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	321
1.10 Vedação e suspensão do <i>habeas corpus</i>	323
2. Mandado de segurança.....	324
2.1 Origem, base normativa e destinatários.....	324

2.2 Conceito e objeto	324
2.3 Direito líquido e certo	325
2.4 Legitimidade e competência	326
2.5 Liminar, notificação e informações	326
2.6 Sentença, recurso e coisa julgada	327
2.7 Prazo	328
2.8 Vedação de liminar: inconstitucionalidade	328
2.9 Não cabimento de mandado de segurança	329
2.10 A Constituição de 1988 e o mandado de segurança coletivo	330
3. Mandado de injunção	330
3.1 Origem e base normativa	330
3.2 Autoaplicabilidade	331
3.3 Conceito, finalidade, pressupostos e objeto	331
3.4 Legitimidade e competência	332
3.5 Mandado de injunção e o Supremo Tribunal Federal	332
3.6 Mandado de injunção coletivo	333
4. Habeas data	334
4.1 Origem, base normativa e abrangência	334
4.2 Conceito, objeto e gratuidade	335
4.3 Legitimidade e competência	335
4.4 Inconstitucionalidade	336
5. Ação civil pública	337
5.1 Introdução	337
5.2 Conceito e objeto	337
5.3 Legitimidade e ajustamento de conduta	338
5.4 Inquérito civil	338
5.5 Multa diária	339
5.6 Efeitos da sentença	339
5.7 Ação civil pública e ação popular	340
5.8 Ação civil pública e os direitos difusos e coletivos	340
6. Ação popular	342
6.1 Origem e base normativa	342
6.2 Conceito	342
6.3 Legitimação e competência	342
6.4 Requisitos, finalidade e objeto	343
6.5 Ministério Público e ação popular	344
6.6 Custas judiciais e honorários advocatícios	344

Capítulo XXVI DIREITOS SOCIAIS

1. Evolução histórica dos direitos sociais	345
1.1 Manifesto do Partido Comunista	345
1.2 Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	346
1.3 Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado	347
1.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos	347
1.5 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	348
1.6 Organização Internacional do Trabalho	348
2. Os direitos sociais na Constituição de 1988	348
2.1 Direitos sociais individuais do trabalhador	348
2.2 Direitos sociais coletivos do trabalhador	349

Capítulo XXVII NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS

1. Nacionalidade	353
1.1 Reciprocidade	354
1.2 Igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	355
2. Direitos políticos	355
2.1 Exercício da soberania popular	355
2.1.1 Plebiscito	355
2.1.2 Referendo	355
2.1.3 Iniciativa popular	356
2.2 Condições de elegibilidade	356
2.3 Inelegibilidades	357
2.4 Impugnação de mandato eletivo	358
2.5 Perda e suspensão dos direitos políticos	358
3. Partidos políticos	360
3.1 Liberdade partidária	360
3.2 Natureza jurídica do partido político	361
3.3 Filiação a partido político: condição de elegibilidade	361
3.4 Fidelidade partidária	361

Capítulo XXVIII FEDERAÇÃO

1. Introdução	363
2. Federação e Democracia	363
3. Federação e Confederação: distinções	364
4. Tipos de federalismo	364
4.1 Federalismo por agregação ou por segregação	365
4.2 Federalismo dualista, cooperativo ou por subordinação	365
4.3 Federalismo simétrico ou assimétrico	366
5. Princípio federativo	366
5.1 Princípio federativo e os partidos políticos	368
5.2 Princípio federativo e o Senado Federal	368
5.3 Princípio federativo e a partilha de competências públicas	368
5.4 Princípio federativo e o Supremo Tribunal Federal	368
5.5 Princípio federativo e a intervenção federal	369
6. Ausência de hierarquia entre as entidades federativas	370

Capítulo XXIX UNIÃO

1. Introdução	371
2. Natureza jurídica	371
3. Bens da União	372
4. Competências privativas	372
4.1 Competência material privativa	372
4.2 Competência legislativa privativa	374
5. Competências comuns	375
5.1 Competência material comum	375
5.2 Competência legislativa comum	376
6. Competência legislativa remanescente	376
7. União e Federação	376

Capítulo XXX ESTADOS FEDERADOS

1. Origem	379
2. Natureza jurídica	379

3. Bens dos Estados	380
4. Autonomia	380
5. Competências privativas	381
5.1 Competência material privativa	381
5.2 Competência legislativa privativa	381
6. Competências comuns	382
6.1 Competência material comum	382
6.2 Competência legislativa comum	382
7. Competência legislativa remanescente	383
8. Competência legislativa suplementar	383
9. Tripartição de poderes	383
9.1 Poder Legislativo	384
9.2 Poder Executivo	384
9.3 Poder Judiciário	385
10. Estado federado e as medidas provisórias	385
11. Incorporação, subdivisão e desmembramento	386
12. Iniciativa popular	387
13. <i>Impeachment</i> do governador	387
14. Comissões parlamentares de inquérito	387
15. Fiscalização financeira	387
16. O Estado federado perante a ordem externa	387

Capítulo XXXI MUNICÍPIOS

1. Origem	389
2. Natureza jurídica	389
3. Autonomia	389
4. Competências privativas	390
4.1 Competência material privativa	390
4.2 Competência legislativa privativa	390
5. Competência material comum	391
6. Competência legislativa suplementar	391
7. Dualidade de poderes	391
8. Município e as medidas provisórias	392

9. Criação, incorporação, fusão e desmembramento	392
10. Fiscalização financeira	392
11. Regiões metropolitanas	393
12. Lei Orgânica do Município	393
13. O Município na Constituição de 1988	393

Capítulo XXXII DISTRITO FEDERAL

1. Origem	395
2. Natureza jurídica	396
3. Autonomia	396
4. Poderes	397
4.1 Poder Legislativo	397
4.2 Poder Executivo	398
4.3 Poder Judiciário	398
5. Competências privativas	398
5.1 Competência material privativa	399
5.2 Competência legislativa privativa	399
6. Competências comuns	399
6.1 Competência material comum	399
6.2 Competência legislativa comum	400
7. Intervenção federal	400
8. Vedações constitucionais	401
9. Distrito Federal e o pacto federativo	401
10. Distrito Federal e as medidas provisórias	401

Capítulo XXXIII ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Introdução	403
2. Administração pública direta e indireta	404
3. Princípios da administração pública	404
3.1 Princípio da legalidade	404
3.2 Princípio da moralidade administrativa	405
3.3 Princípio da impessoalidade	407

3.4 Princípio da publicidade	407
3.5 Princípio da eficiência	408
3.6 Princípio da licitação pública	409
3.7 Princípio do concurso público	410
3.8 Princípio da responsabilidade civil do Estado	411
3.9 Princípio da participação	413
3.10 Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos	414
3.11 Princípio da autonomia gerencial	415
4. Servidores públicos	415
4.1 Acesso ao serviço público	415
4.2 Estabilidade e perda do cargo	415
4.3 Cumulação de cargos públicos	416
4.4 Mandato eletivo	417
4.5 Sindicalização e direito de greve	418
4.6 Previdência social	419

Capítulo XXXIV PODER LEGISLATIVO

1. Funções	421
1.1 Função constituinte	421
1.2 Função legislativa	422
1.3 Função fiscalizadora	422
1.4 Função investigativa	422
1.5 Função julgadora	422
2. Estrutura e organização	423
2.1 Congresso Nacional	423
2.2 Câmara dos Deputados	423
2.3 Senado Federal	423
2.4 Mesas Diretoras	424
2.5 Comissões parlamentares	424
2.5.1 Comissões permanentes	425
2.5.2 Comissões temporárias	426
2.6 Tribunal de Contas da União	431
3. Competências do Congresso Nacional	432
4. Competências da Câmara dos Deputados	432
5. Competências do Senado Federal	433

Capítulo XXXV ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

1. Introdução.....	435
2. Imunidade material.....	436
3. Imunidade formal ou processual.....	436
4. Prerrogativa de foro.....	437
5. Limitação ao dever de testemunhar.....	437
6. Isenção do serviço militar.....	437
7. Estado de sítio.....	438
8. Incompatibilidades.....	438
8.1 Incompatibilidades funcionais.....	438
8.2 Incompatibilidades negociais.....	439
8.3 Incompatibilidades profissionais.....	439
8.4 Incompatibilidades políticas.....	439
9. Perda do mandato.....	439
9.1 Infração de qualquer das proibições estabelecidas no art. 54 da Constituição Federal.....	440
9.2 Procedimento incompatível com o decoro parlamentar.....	440
9.3 Não comparecimento a um terço das sessões ordinárias.....	441
9.4 Perda ou suspensão dos direitos políticos.....	442
9.5 Decisão da Justiça Eleitoral.....	442
9.6 Condenação criminal transitada em julgado.....	442
10. Renúncia de parlamentar.....	442
11. Investidura em outro cargo.....	443

Capítulo XXXVI PROCESSO LEGISLATIVO

1. Terminologia.....	445
2. Conceito e finalidade.....	446
3. Fundamentos e pressupostos.....	446
4. Princípios.....	446
4.1 Princípio da publicidade.....	447
4.2 Princípio da oralidade.....	447
4.3 Princípio da separação da discussão e da votação.....	447
4.4 Princípio da unidade da legislatura.....	447

4.5 Princípio do exame prévio dos projetos por comissões parlamentares.....	448
5. Lei ordinária.....	448
5.1 Iniciativa.....	448
5.2 Discussão.....	450
5.3 Deliberação.....	451
5.4 Sanção.....	453
5.5 Promulgação.....	455
5.6 Publicação.....	455
6. Lei complementar.....	455
6.1 Semelhanças em relação à lei ordinária.....	455
6.2 Distinções em relação à lei ordinária.....	456
7. Emenda constitucional.....	456
7.1 Iniciativa.....	456
7.2 Discussão.....	457
7.3 Deliberação.....	457
7.4 Promulgação.....	457
7.5 Publicação.....	458
7.6 Limitações ao poder de emendabilidade.....	458
7.7 Cláusulas pétreas.....	459
8. Lei delegada.....	459
8.1 Noção.....	459
8.2 Natureza jurídica.....	459
8.3 Formas de delegação.....	459
8.4 Matérias indelegáveis.....	460
8.5 Controle.....	461
9. Medidas provisórias.....	461
9.1 Origem.....	461
9.2 Relevância.....	462
9.3 Urgência.....	462
9.4 Natureza jurídica.....	462
9.5 Início de votação.....	463
9.6 Prazo de vigência e prorrogação.....	463
9.7 Parecer da comissão mista.....	463
9.8 Emenda.....	464
9.9 Regime de urgência.....	464

9.10 Sanção.....	464
9.11 Promulgação e publicação.....	464
9.12 Reedição.....	465
9.13 Medidas provisórias e convocação extraordinária do Congresso Nacional.....	465
9.14 Matérias vedadas.....	465
9.15 Crítica.....	466
10. Decreto legislativo.....	467
11. Resolução.....	467

Capítulo XXXVII PODER EXECUTIVO

1. Presidencialismo.....	469
2. Atribuições do presidente da República.....	470
2.1 Chefia de Estado.....	470
2.2 Chefia de governo.....	470
2.3 Chefia da administração federal.....	471
3. Atividade legislativa do presidente da República.....	471
4. Eleição do presidente da República.....	472
5. Eleição e funções do vice-presidente da República.....	472
6. Vacância.....	473
7. Escolha e funções dos ministros de Estado.....	474
8. Responsabilidade do presidente da República.....	475
8.1 Crimes de responsabilidade e crimes comuns.....	475
8.2 Processo de <i>impeachment</i>	475
8.2.1 Origem.....	475
8.2.2 Conceito.....	476
8.2.3 Finalidade.....	476
8.2.4 Natureza.....	476
8.2.5 Fases.....	477
8.2.6 Presidência da sessão.....	478
8.2.7 Senado Federal: tribunal político.....	478
8.2.8 Renúncia ao cargo.....	478
8.3 Processo criminal.....	479
8.4 Afastamento do presidente da República.....	480
8.5 Imunidade processual temporária.....	480

8.6 Judicialização da política.....	481
9. Conselho da República.....	482
9.1 Noção.....	482
9.2 Composição.....	482
9.3 Competência.....	482
10. Conselho de Defesa Nacional.....	483
10.1 Noção.....	483
10.2 Composição.....	483
10.3 Competência.....	483

Capítulo XXXVIII PODER JUDICIÁRIO: NOÇÕES GERAIS

1. Introdução.....	485
2. Funções.....	485
2.1 Aplicar contenciosamente a lei aos casos particulares.....	486
2.2 Controlar os demais poderes.....	487
2.3 Realizar seu autogoverno.....	488
2.4 Proteger os direitos fundamentais.....	488
2.5 Garantir o Estado Constitucional Democrático de Direito.....	489
3. Estatuto da Magistratura.....	490
3.1 Ingresso na carreira e promoção.....	490
3.2 Acesso aos tribunais de segundo grau.....	491
3.3 Previsão de cursos.....	492
3.4 Local de residência.....	492
3.5 Remoção, disponibilidade e aposentadoria.....	492
3.6 Celeridade processual.....	493
3.7 Motivação das decisões.....	494
3.8 Publicidade das decisões.....	494
3.9 Órgão especial nos tribunais.....	494
3.10 Subsídio dos magistrados.....	495
4. Quinto constitucional.....	495
5. Garantias constitucionais dos magistrados.....	496
5.1 Vitaliciedade.....	497
5.2 Inamovibilidade.....	497
5.3 Irredutibilidade de subsídio.....	498

6. Vedações aos magistrados	498
7. “Quarentena”	498
8. Autonomia	499
8.1 Autonomia administrativa	499
8.2 Autonomia financeira	500
8.3 Autonomia funcional	500
9. Controle de constitucionalidade	501
10. Juizados especiais	501
11. Precatório	502

Capítulo XXXIX

PODER JUDICIÁRIO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Órgãos do Poder Judiciário	505
2. Supremo Tribunal Federal	506
2.1 Sede	506
2.2 Origem	506
2.3 Função	506
2.4 Composição	507
2.5 Competências	507
2.5.1 Competência originária	507
2.5.2 Competência recursal ordinária	509
2.5.3 Competência recursal extraordinária	509
2.6 Súmula de efeito vinculante	509
3. Conselho Nacional de Justiça	510
3.1 Sede	510
3.2 Origem	510
3.3 Função	511
3.4 Composição	511
3.5 Competência	511
4. Superior Tribunal de Justiça	512
4.1 Sede	512
4.2 Origem	512
4.3 Função	513
4.4 Composição	513
4.5 Competências	513

4.5.1 Competência originária	513
4.5.2 Competência recursal ordinária	514
4.5.3 Competência recursal especial	515
4.6 Escola Nacional e Conselho da Justiça Federal	515
5. Justiça Comum	515
5.1 Justiça Federal	516
5.1.1 Tribunais Regionais Federais	516
5.1.2 Juízes Federais	517
5.2 Justiça Estadual	518
5.2.1 Tribunal de Justiça	519
5.2.2 Juízes Estaduais	519
6. Justiça Especializada	520
6.1 Justiça do Trabalho	520
6.1.1 Tribunal Superior do Trabalho	521
6.1.2 Tribunais Regionais do Trabalho	522
6.1.3 Juízes do Trabalho	522
6.2 Justiça Eleitoral	523
6.2.1 Tribunal Superior Eleitoral	523
6.2.2 Tribunais Regionais Eleitorais	524
6.2.3 Juízes Eleitorais	525
6.2.4 Juntas Eleitorais	525
6.3 Justiça Militar	525
6.3.1 Superior Tribunal Militar	526
6.3.2 Juízes Militares	526

Capítulo XL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Ministério Público	527
1.1 Origem	527
1.2 Evolução	528
1.3 Autonomia	529
1.3.1 Autonomia administrativa	529
1.3.2 Autonomia financeira	529
1.3.3 Autonomia funcional	530
1.4 Natureza	531
1.5 Finalidade	531
1.6 Princípios institucionais	531

1.6.1 Princípio da unidade institucional	531
1.6.2 Princípio da indivisibilidade	532
1.6.3 Princípio da independência funcional	532
1.7 Concurso público	533
1.8 Funções institucionais	533
1.9 Organização	534
1.10 Ministério Público nos Tribunais de Contas	535
1.11 Procurador-geral da República	535
1.12 Procurador-geral de Justiça dos Estados	536
1.13 Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios	536
1.14 Garantias constitucionais dos promotores de justiça	537
1.14.1 Vitaliciedade	537
1.14.2 Inamovibilidade	537
1.14.3 Irredutibilidade de subsídio	538
1.15 Vedações	538
1.16 “Quarentena”	538
1.17 Conselho Nacional do Ministério Público	539
1.18 Ministério Público e cargos eletivos	540
1.19 Ministério Público e ouvidorias	540
2. Advocacia Pública	540
2.1 Advocacia-geral da União	540
2.2 Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	542
3. Advocacia	542
4. Defensoria Pública	543

Capítulo XLI

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Estado de defesa	547
1.1 Conceito	547
1.2 Pressupostos	548
1.3 Direitos fundamentais	548
1.4 Funcionamento do Congresso Nacional	549
1.5 Controle	549
2. Estado de sítio	550
2.1 Pressupostos	550
2.2 Direitos fundamentais	550

2.3 Funcionamento do Congresso Nacional e os pronunciamentos dos parlamentares	551
2.4 Controle	551
3. Forças Armadas	552
3.1 Componentes e comando	552
3.2 Missão	552
3.3 Disciplina e hierarquia	552
3.4 <i>Habeas corpus</i>	553
3.5 Direitos e deveres dos militares	553
3.6 Serviço militar obrigatório e a escusa de consciência	555
4. Segurança pública	555
4.1 Órgãos	555
4.2 Polícias federais	556
4.3 Polícias estaduais	556
4.4 Guardas municipais	557

Capítulo XLII

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1. Tributo	559
1.1 Conceito	559
1.2 Espécies	560
1.2.1 Imposto	560
1.2.2 Taxa	560
1.2.3 Contribuição de melhoria	560
1.2.4 Empréstimo compulsório	560
1.2.5 Contribuição social	561
2. Limitações ao poder de tributar	561
2.1 Princípio da legalidade	561
2.2 Princípio da igualdade tributária	562
2.3 Princípio da irretroatividade da lei	563
2.4 Princípio da anterioridade da lei	564
2.5 Princípio da anterioridade mitigada da lei ou da carência	564
2.6 Princípio da vedação do tributo com efeito de confisco	565
2.7 Princípio da liberdade de tráfego	566
2.8 Princípio da uniformidade do tributo	566
2.9 Princípio da capacidade contributiva	567

2.10 Princípio da não discriminação tributária.....	568
2.11 Princípio da competência.....	568
3. Competências tributárias.....	569
3.1 Impostos de competência da União.....	569
3.2 Impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal.....	569
3.3 Impostos de competência dos Municípios.....	569
4. Competência tributária residual.....	570
5. Repartição das receitas tributárias.....	570
6. Lei complementar.....	570
7. Imunidades tributárias.....	571

Capítulo XLIII

FINANÇAS PÚBLICAS E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

1. Finanças públicas.....	573
1.1 Princípios.....	573
1.1.1 Princípio da legalidade.....	573
1.1.2 Princípio da exclusividade.....	574
1.1.3 Princípio da programação.....	574
1.1.4 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	574
1.1.5 Princípio da anualidade.....	575
1.1.6 Princípio da unidade.....	575
1.1.7 Princípio da universalidade.....	576
1.1.8 Princípio da não vinculação.....	576
1.1.9 Princípio da qualificação dos créditos orçamentários.....	576
1.1.10 Princípio da publicidade.....	577
1.1.11 Princípio da especialidade.....	577
1.1.12 Princípio da responsabilidade fiscal.....	577
1.2 Normas gerais.....	578
1.2.1 Banco central.....	578
2. Sistema orçamentário.....	579
2.1 Leis orçamentárias.....	579
2.2 Formas de controle.....	579
2.3 Tribunal de Contas.....	580
2.3.1 Sede.....	580
2.3.2 Composição.....	580

2.3.3 Garantias dos ministros.....	581
2.3.4 Atribuições.....	581
2.3.5 Decisão e título executivo.....	581

Capítulo XLIV ORDEM ECONÔMICA

1. Constituição e economia.....	583
2. Fundamentos.....	584
3. Finalidade.....	584
4. Princípios da ordem econômica.....	585
4.1 Princípio da soberania nacional.....	585
4.2 Princípio da propriedade privada.....	586
4.3 Princípio da função social da propriedade.....	586
4.4 Princípio da livre concorrência.....	586
4.5 Princípio da defesa do consumidor.....	587
4.6 Princípio da proteção do meio ambiente.....	588
4.7 Princípio da redução das desigualdades.....	588
4.8 Princípio da busca do pleno emprego.....	589
4.9 Princípio do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.....	589
4.10 Princípio da livre-iniciativa.....	590
5. Exploração de atividade econômica.....	591
6. Prestação de serviços públicos.....	591
7. Papel do Estado na economia.....	591
8. Riquezas do subsolo.....	592
9. Monopólio das riquezas naturais.....	592
10. Política agrícola e fundiária.....	593
11. Reforma agrária e função social da propriedade.....	593

Capítulo XLV SEGURIDADE SOCIAL

1. Conceito.....	595
2. Princípios.....	596
3. Financiamento.....	596
4. Saúde.....	597

4.1 Conceito.....	597
4.2 Direito fundamental.....	597
4.3 Sistema único de saúde	598
4.4 Iniciativa privada.....	599
4.5 Transplantes.....	599
4.6 Judicialização do direito à saúde	599
5. Previdência social.....	600
5.1 Conceito.....	600
5.2 Princípios.....	601
5.3 Previdência pública	601
5.4 Previdência privada.....	602
5.5 Direito à aposentadoria	602
6. Assistência social.....	603
6.1 Conceito.....	603
6.2 Princípios.....	603
6.3 Objetivos.....	604
6.4 Ações governamentais.....	604

Capítulo XLVI EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. Educação.....	607
1.1 Educação como direito fundamental.....	607
1.2 Objetivos da educação.....	608
1.3 Princípios básicos do ensino	608
1.4 Autonomia universitária.....	609
1.5 Princípio da indissociabilidade	609
1.6 Ensino público e privado	610
1.7 Plano Nacional de Educação.....	610
1.8 Educação e as pessoas com deficiência	610
1.9 Programas educacionais de inclusão social	611
1.10 Judicialização do direito à educação.....	611
2. Cultura	612
2.1 Conceito.....	612
2.2 Direito fundamental à cultura	613
2.3 Patrimônio cultural brasileiro.....	613
2.4 Plano Nacional de Cultura	614
2.5 Sistema Nacional de Cultura.....	614

3. Desporto.....	615
3.1 Práticas desportivas	615
3.2 Autonomia	615
3.3 Lei Pelé.....	616
3.4 Estatuto do Torcedor	617
3.5 Poder Judiciário.....	618

Capítulo XLVII COMUNICAÇÃO SOCIAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Comunicação social.....	619
1.1 Comunicação social na Constituição de 1988	619
1.2 Produção e programação	620
1.3 Propriedade de empresa jornalística	620
1.4 Livre concorrência.....	620
1.5 Concessão, permissão e autorização	621
1.6 Liberdade de expressão e privacidade	621
1.7 Liberdade de imprensa e diploma de jornalista.....	622
1.8 Liberdade de imprensa e Democracia.....	622
1.9 Proibição de censura	623
1.10 Mecanismos de controle	623
1.11 Propaganda comercial	624
1.12 STF e a Lei de Imprensa.....	624
1.13 Conselho de Comunicação Social.....	625
2. Ciência e tecnologia	626
2.1 Tipos de pesquisa	626
2.2 Deveres do Estado.....	626
2.3 Mercado como patrimônio nacional	627

Capítulo XLVIII MEIO AMBIENTE

1. Conceito.....	629
2. Concepções	630
3. Evolução histórica	630
4. Constitucionalização.....	631
5. Direito fundamental.....	632

6. Classificação	632
7. Princípios	633
7.1 Princípio da indisponibilidade do bem ambiental	633
7.2 Princípio da intervenção estatal obrigatória	633
7.3 Princípio do poluidor pagador	633
7.4 Princípio da função socioambiental da propriedade	634
7.5 Princípio do direito ao desenvolvimento sustentável	634
7.6 Princípio da participação	635
7.7 Princípio da educação ambiental	635
7.8 Princípio da avaliação prévia do impacto ambiental	635
7.9 Princípio da prevenção	636
7.10 Princípio da precaução	636
7.11 Princípio da cooperação entre os povos	637
8. Intervenção estatal	637
9. Responsabilidade administrativa, civil e penal	638
10. Terras devolutas	639
11. Usinas nucleares	639
12. Educação ambiental	640
13. Bens ambientais pertencentes à União	641
14. Garantia do direito ambiental	641
15. Estado de direito ambiental	641
16. Acesso à água potável como direito fundamental	642

Capítulo XLIX

FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO

1. Família	645
1.1 Evolução histórica	645
1.2 Constitucionalização	645
1.3 Espécies de família	646
1.3.1 Família constituída pelo casamento	646
1.3.2 Família constituída pela união estável	646
1.3.3 Família monoparental	647
1.3.4 Família homoafetiva	647
1.4 Igualdade entre cônjuges	648
1.5 Divórcio	649

1.6 Lei Maria da Penha	649
2. Criança, adolescente e jovem	649
2.1 Proteção constitucional	649
2.2 Igualdade entre filhos	650
2.3 Adoção	651
3. Idoso	652
3.1 Proteção constitucional	652
3.2 Estatuto do Idoso	652
BIBLIOGRAFIA	653